

CAOCON *em ação*

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor

Estabelecimentos em Natividade, Paranã e Tocantinópolis são fiscalizados

A Operação Pró-Consumidor tem como objetivo principal a defesa dos direitos dos consumidores, por meio de ações conjuntas entre instituições que atuam no direito das relações de consumo.

Essa ação é coordenada pelo Centro Operacional de Apoio às Promotorias do Consumidor (Caocon), de acordo com as

demandas solicitadas pelos Promotores de Justiça.

Na operação, são fiscalizados estabelecimentos comerciais com o intuito de conscientizar os empresários de seus deveres de cumprir as legislações sanitárias e consumeristas e, também educar os consumidores sobre seus direitos básicos.

Por meio dessa operação, é possível coibir práticas ilegais e nocivas ao consumidor através de autuações, notificações, interdições e apreensões administrativas. Após o resultado dos dados obtidos na operação, essas informações servirão de subsídio para os Promotores de Justiça ingressarem com ações judiciais e administrativas.

A Operação Pró-Consumidor é realizada por uma equipe multiprofissional com ações conjuntas entre o Ministério Público Estadual (MPE), Procon Tocantins, Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec), Vigilância Sanitária Estadual e a Vigilância Municipal da cidade a ser fiscalizada.



Natividade

Dos nove estabelecimentos fiscalizados, sete foram autuados por apresentar irregularidades nos produtos comercializados.

Nos supermercados, 624 itens foram apreendidos por estarem com o prazo de validade vencido e alguns por se encontrarem com as embalagens danificadas.

Cerca de 120 quilos de produtos, entre carnes, embutidos e derivados de panificação, foram recolhidos por acondicionamento inadequado, e outros, por não possuírem selo de inspeção, e ainda, por não cumprirem a legislação sanitária.

Paraná

Foram fiscalizados açougues, padarias e supermercados da cidade. Do total de 21 estabelecimentos vistoriados, 15 foram autuados por expor à venda produtos impróprios para consumo.

Foram encontrados 941 itens irregulares, apresentando, por exemplo, produtos vencidos, com avarias ou sem apresentar em seus rótulos as informações exigidas na legislação.

Cerca de 95,8 quilos de carnes e derivados e 19 quilos de queijo foram apreendidos por estarem impróprios para o consumo devido ao acondicionamento impróprio e por não apresentarem data de validade.

Foi verificada, em diversos supermercados, a comercialização de medicamentos de uso veterinário, cuja venda é exclusiva nas casas agropecuárias. Destes, 110 itens foram apreendidos e trazidos para Palmas para o descarte adequado.

Na cidade também, foi interdita uma fábrica clandestina de sorvete. Toda a produção de com cerca de 245 quilos de sorvete, 620 picolés e 561 cremosinhos foram apreendidos e descartados no aterro sanitário.



Tocantinópolis

Carnes sem refrigeração foram bastante encontradas na maioria dos açougues fiscalizados, o que levou à apreensão de 149 quilos de carne bovina e linguiças em oito estabelecimentos da cidade.

Foram apreendidos 436 quilos de produtos como carne, queijos e sorvetes por estarem armazenados de forma inadequada e por não apresentarem data de validade.

Nos supermercados, os fiscais encontraram 104 unidades de álcool líquido, com concentração acima de 54° GL, cuja venda é proibida para uso doméstico desde 2002. Esse material foi apreendido e doado pela Promotoria de Justiça de Tocantinópolis às unidades de saúde dos municípios de Nazaré e Santa Terezinha, na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado.

Foi detectado por meio da operação que toda a carne consumida no município é de origem de abate clandestino, visto que não existe matadouro na cidade.

Caocon e parceiros promovem a 1ª Conferência Estadual do Consumidor

Em comemoração aos 26 anos de criação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que serão completados em setembro, foi realizada a 1ª Conferência Estadual do Consumidor, em março deste ano, no auditório do Ministério Público Estadual (MPE), em Palmas.

O objetivo da conferência foi debater os avanços e desafios do CDC nesses 25 anos de sua implementação. A programação contou com a palestra de Ricardo Morishita Wada, advogado e professor mestre com mais de 20 anos de experiência na área do direito do consumidor.

Morishita trouxe ao debate a fragilidade das relações de consumo antes da implantação do Código. Segundo ele, até sua criação, os produtos não contavam com garantia, não apresentavam em seus rótulos a data de fabricação e validade, e o combate à propaganda enganosa era pouco eficiente por não haver impeditivos legais.

O palestrante destacou que um dos principais avanços do Código de Defesa do Consumidor foi proporcionar aos consumidores uma ampla conscientização a respeito de seus direitos.

Entre outros avanços apontados, em escala regional, a coordenadora do Caocon, Promotora de Justiça Aráina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, ressaltou a criação do Sistema de Defesa do Consumidor do Tocantins (SEDEC), que é o idealizador do evento, em conjunto com a Defensoria Pública do Estado (DPE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-TO), Procon Estadual e Municipal, Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, Agência de Metrologia, Delegacia do Consumidor, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do Tocantins, órgãos que integram o Sistema.



Coordenadora do Caop do Consumidor é reeleita pelo CPJ

A Promotora de Justiça Aráina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro foi reeleita, com 10 votos, para a coordenação do Centro Operacional de Apoio às Promotorias do Consumidor (CAOCON) na 101ª Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Tocantins, realizada no início do mês de maio, em Palmas.

Caocon fiscaliza postos de combustíveis em Palmas e Araguaína

Uma operação conjunta coordenada pelo Centro de Apoio Operacional (Caocon), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Corpo de Bombeiros, Procon-TO e Agência Estadual de Metrologia (AEM) fiscalizou postos de combustíveis em Palmas e Araguaína.

Na Capital, nos 34 estabelecimentos fiscalizados, foram coletadas amostras de combustíveis para análise laboratorial. De acordo com os laudos realizados pelos especialistas, não indicaram alteração dos produtos.

Na inspeção, tanto de Palmas como em Araguaína, além de vistoria em relação à qualidade dos combustíveis, foram verificados pelos técnicos itens como a documentação obrigatória, forma de armazenamento de produtos, prazo de validade e regularidade de vazão das bombas e mangueiras.

Nesta mesma operação, empresas localizadas na orla de Palmas foram autuadas e notificadas por irregularidades no armazenamento e revenda de combustível.

Nos quatro estabelecimentos fiscalizados, foram encontrados vasilhames e tanques que serviriam para o armazenamento de líquidos inflamáveis. Os donos das marinas admitiram que são os responsáveis pelo transporte do combustível dos postos até suas empresas, local onde é feito o abastecimento das embarcações, dos quais eles mesmos são vigilantes. Os proprietários dessas empresas foram notificados e autuados por prática ilegal de armazenamento e comércio ilegal de combustível.

Araguaína:

Já em Araguaína, no norte do Estado, foram fiscalizados 28 postos de combustíveis, sendo que seis foram autuados por não apresentarem a documentação exigida para este tipo de comércio.

Foram recolhidos 699 lubrificantes e derivados com data de validade vencida e outros por não disporem de informações obrigatórias nas embalagens.



Desses estabelecimentos vistoriados, 13 foram notificados por desconformidade nos bicos de abastecimento, rompimento do lacre das bombas e rachaduras nas mangueiras.

Operação GLP (Gás de cozinha)

A mesma equipe que realizou a operação dos combustíveis estendeu a fiscalização também a 12 estabelecimentos que comercializam gás de cozinha em Araguaína. Foram vistoriadas 10 empresas de revenda e dois

depositos. Nenhuma irregularidade foi encontrada no peso ou preço dos botijões, apenas uma loja foi autuada por não ter informado mudança no quadro societário da empresa. Os responsáveis pelos estabelecimentos receberam orientações sobre a disponibilização de informações aos clientes, tais como preços dos produtos e formas de pagamento, bem como sobre a documentação obrigatória.

A coordenadora do CAOCON, Promotora de Justiça Araújo Cesarina Ferreira dos Santos

importância da ação e diz que o resultado desse trabalho proporciona segurança aos consumidores. “O Ministério Público Estadual tem realizado, sistematicamente, operações como esta em diversas regiões do Tocantins. Nosso objetivo é acompanhar permanentemente não só a qualidade dos combustíveis e produtos, mas o cumprimento de uma série de obrigações previstas na legislação com relação ao consumidor”, enfatizou.

Caocon trabalha para que prefeituras estruturem Vigilâncias Sanitárias

A estruturação e implantação das Vigilâncias Sanitárias Municipais nos 139 municípios do Tocantins foi o que motivou o Caocon se reunir com a diretoria da Vigilância Sanitária Estadual (VISA), na sede do Ministério Público do Tocantins (MPE), em Palmas.

O objetivo da reunião foi estabelecer ações no sentido de obrigar os prefeitos a cumprir o que estabelece a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que cria o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Para isso, foi instaurado o Procedimento Administrativo, por meio da Portaria nº 001/2016, visando o acompanhamento, a fiscalização e estruturação das Visas Municipais pelo Caocon.

A coordenadora do Caocon relata que o MPE tem encontrado muitas deficiências em municípios do interior do Estado com relação à fiscalização de estabelecimentos comerciais. Segundo ela, durante as operações, é comum encontrar prefeituras sem equipe de vigilância sanitária e outras com falhas na estruturação física, logística e de pessoal.

Diante do que foi discutido, a Visa estadual ficou responsável por fazer



um levantamento sobre a real situação em que se encontram as vigilâncias sanitárias municipais e enviar ao Caocon para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Com o objetivo de conscientização sobre a legislação sanitária, ficou deliberado, ainda, que seja encaminhado ofício às Prefeituras e Câmaras Municipais

solicitando o envio do Código Sanitário e legislação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) de cada município do Estado.

Caop do Consumidor discute com Adapec e produtores o comércio clandestino de leite

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor (Caocon), Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, esteve reunida com a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec) e proprietários de laticínios legalizados para discutir formas de intensificar o combate ao comércio clandestino do leite e seus derivados.

Comerciantes procuraram o Ministério Público Estadual (MPE) para denunciar a fabricação e comercialização desses alimentos por produtores clandestinos, que segundo eles, não pagam impostos e nem seguem as normas técnicas de produção, o que lhes possibilita



comercializar tais produtos mais baratos em relação aos que adquiriram o selo de inspeção.

Os revendedores exigiram, ainda,

maior rigor na fiscalização no combate ao comércio clandestino dos derivados de leite e também da carne, cobrando uma atuação mais

efetiva das vigilâncias sanitárias municipais.

Após ouvir as demandas dos comerciantes, a coordenadora do Caocon fez suas considerações e propôs ações efetivas de combate à venda de produtos clandestinos. A Promotora de Justiça destacou a importância da atuação e estruturação das Vigilâncias Sanitárias Municipais e orientou os donos dos laticínios a formalizar as denúncias junto às Promotorias de Justiça de seus municípios e, ainda, a utilizar a Ouvidoria do MPE para denunciar essa prática.

A reunião contou com cerca de 10 proprietários de laticínios da região norte do Estado e quatro técnicas da Adapec.



Caocon firma parceria integrada que beneficia direitos do consumidor

Um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado entre o Ministério Público (MPE), Procon Tocantins e a Secretaria de Cidadania e Justiça vai possibilitar a troca de informações e ações integradas entre os órgãos responsáveis pela defesa do direito do consumidor.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias

do Consumidor (Caocon), Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, destacou a importância da parceria entre as instituições. "Este acordo vai propiciar aos Promotores de Justiça o acesso ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), o que promoverá maior agilidade nos

procedimentos e investigações e reafirma a parceria entre MPE e Procon", afirmou.

O Acordo visa fortalecer a atuação dessas instituições na defesa das relações de consumo, proporcionando agilidade na comunicação e garantindo ao cidadão o direito a uma Justiça mais célere, além de dar publicidade sobre direitos e deveres do

consumidor.

O documento foi assinado pela Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, representando o MPE; pelo superintendente do Procon Tocantins, Nelito Cavalcante; e pela secretária estadual de Cidadania e Justiça Gleidy Braga.

Caocon apresenta projeto da Operação Pró-Consumidor à Comissão de Gestão do MPE

A Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, coordenadora do Caocon, apresentou aos membros e servidores que compõem a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE) do Ministério Público Estadual (MPE) o projeto da Operação Pró-Consumidor, a ser desenvolvido nas ações do planejamento estratégico de 2017.

O projeto foi idealizado com o objetivo de cumprir as metas institucionais do MPE e tem por

objetivo a promoção da defesa dos direitos do consumidor.

A execução do projeto visa reduzir a ocorrência de lesões aos direitos dos consumidores, proporcionando o acesso a bens e serviços em condições adequadas, por meio da conscientização dos comerciantes e da população.

O projeto após avaliado, foi aprovado pela Comissão e poderá ser incluído no Orçamento do MPE para o ano de 2017.



Governo obriga comércio a divulgar origem de carnes comercializadas no Tocantins

INTERNET

O governador do Tocantins, Marcelo de Carvalho Miranda, sancionou a Lei nº 3.136/16, que tem por objetivo instituir a obrigatoriedade de os supermercados e açougues divulgarem a origem das carnes comercializadas.

A lei abrange todos os municípios do Tocantins e determina que supermercados, açougues e comerciantes de carne em geral exponham, em local visível e de fácil compreensão aos consumidores, a razão social, nome de fantasia, telefone, endereço e número da inspeção do frigorífico fornecedor dos produtos expostos à venda, bem como o prazo de validade do produto.

Aos estabelecimentos que descumprirem esta lei serão aplicadas as penas e multas previstas no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da imediata apreensão do produto.



A coordenadora do Caocon, Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, ressaltou a

importância desta lei, que vem atender a um dos objetivos da Operação Pró-Consumidor. “Com certeza, quem irá ganhar é o

consumidor em adquirir um produto com a devida procedência e segurança garantida” ressaltou.

Acordo de Cooperação Técnica visa garantir uso seguro de agrotóxicos para consumidores

O Ministério Público Estadual (MPE) assinou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal de Palmas, Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec), Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins (CREA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Superintendência do Tocantins, e com a Associação Tocantinense de Supermercados (Atos).

O objetivo do Acordo é desenvolver ações conjuntas entre essas instituições, visando à orientação, implantação de políticas que vão monitorar e fiscalizar o uso e aplicação de agrotóxicos na cadeia produtiva de hortifrutícolas e outros alimentos de origem vegetal.



destaca a importância da assinatura deste Acordo de Cooperação para o fortalecimento da economia e da saúde do consumidor. “Esta parceria vai possibilitar o rastreamento da origem do produto

que consumimos e a análise aprofundada dos resíduos de agrotóxicos existentes em cada alimento, ou seja, vai beneficiar os envolvidos desde o início, como por exemplo o manejo correto por

parte do agricultor, chegando até o consumidor final. Assim, garantimos o fortalecimento do setor agrícola e a sociedade em geral ganha ao adquirir produtos mais seguros quanto ao uso de agrotóxicos”, ressaltou.

Além dos benefícios em relação à produção e comercialização, será possível também verificar se os resíduos de agrotóxicos e afins ultrapassam os Limites Máximos de Resíduos (LMR) autorizados pela legislação em vigor, ou se o agrotóxico utilizado tem autorização para uso conforme a legislação.

O Acordo de Cooperação foi assinado pelo Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, para a atuação efetiva dos Centros de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon), de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma), do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid) e dos órgãos de execução do MPE.



Participe do Consumidor Vencedor

O Consumidor Vencedor (www.consumidorvencedor.mp.br), localizado no site do MPE, é uma ferramenta de comunicação onde os cidadãos têm acesso a informações de vitórias obtidas na Justiça referentes ao direito do consumidor.

Isso foi possível graças ao Termo de Cooperação Técnica (TCT),

assinado entre o MP do Tocantins e o MP do Rio de Janeiro, que possibilita essa troca de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais definitivas ou provisórias e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da área consumerista.

Nesse sentido, para tornar as

ações do Ministério Público mais efetivas, os consumidores devem estar sempre bem informados, tendo acesso às decisões e aos compromissos que os beneficiam. Os consumidores precisam comunicar ao MP, via Promotoria de Justiça, se as empresas condenadas ou as que se comprometeram realmente estão

cumprindo o que foi acordado.

Para que nossa missão seja cumprida e seja mantido um diálogo eficiente, as Promotorias de Justiça devem enviar as informações para o CAOCON por meio do e-mail caopdc@mpto.mp.br.

Participe e seja um Consumidor Vencedor!

Expediente **CAOCON** em ação

07

Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor (Caocon)

Coordenadora:

Promotora de Justiça Aráina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro

Analistas Ministeriais Especializadas em Ciências Jurídicas

Eleni Maria Soares

Marcella Guedes

Auxiliar Ministerial

Fáustone Bandeira Morais Bernardes

Edição do Informativo:

Textos: Francisca Coelho

Diagramação: Randolpho Corrêa

Revisão: Luciana Duailibe

Fotos: Caocon / Ronaldo Mitt - Ascom MPE

Contatos: (63) 3216-7593/3216-7611